TRIGO

Com a mesma tecnologia e recursos de anos anteriores, a produtividade física saltou para 1.570 kg/ha e se colheu a mais elevada safra da história. Os triticultores realizaram razoáveis ganhos em 1985. O sucesso gera polêmica quanto à viabilidade de o governo continuar estimulando a produção de um alimento cujo custo interno é quase o dobro do registrado no exterior.

A grande safra de trigo de 1985 tem provocado referências a um **ano do trigo:** colheram-se 4,1 milhões de t, a maior produção já obtida no país. O principal responsável pelo sucesso foi o clima frio e seco. O Quadro 03 apresenta a produção nos últimos dez anos, permitindo visualizar a inconstância característica da atividade.

QUADRO 03 – BRASIL – PRODUÇÃO DE TRIGO – 1976-85
(mil t)

ANO	PRODUÇÃO
1976	3.216
1977	2.066
1978	2.691
1979	2.927
1980	2.702
1981	2.210
1982	1.849
1983	2.236
1984	1.956
1985	4.149

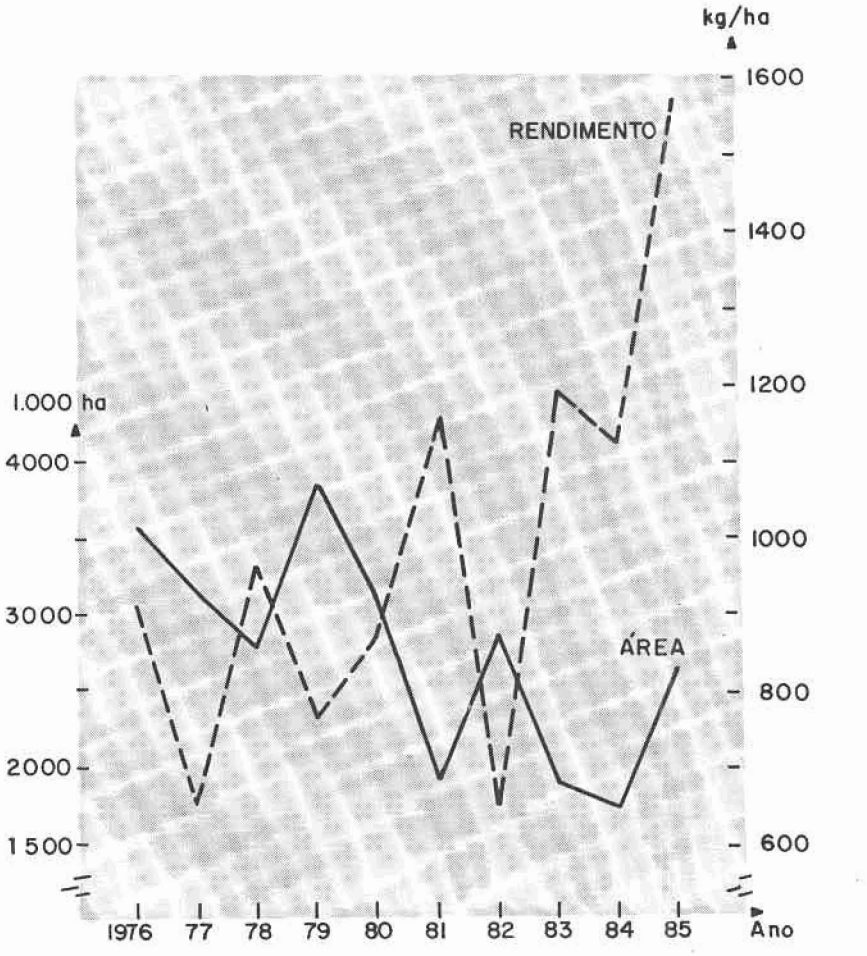
FONTE – IBGE.

A área e a produção oscilaram muito na última década, como conseqüência, principalmente, das enormes variações nas produtividades físicas das lavouras, que não só reduziram ou aumentaram a produção num determinado ano, mas, como era de se esperar, tiveram efeitos sobre a área semeada no ano seguinte. Na última década, apenas em três anos (1981, 1984 e 1985) a área semeada não seguiu o movimento apresentado pela produtividade do ano anterior (ver Gráfico 03).

O preço de garantia – fixado pelas autoridades para a aquisição de todo o trigo produzido no país – é outro fator a influenciar o comportamento da área semeada. Desde 1976, os preços pagos aos triticultores (em ter-

TRIGO – BRASIL – ÁREA E RENDIMENTO MÉDIO POR HECTARE – 1976-85

GRÁFICO 03



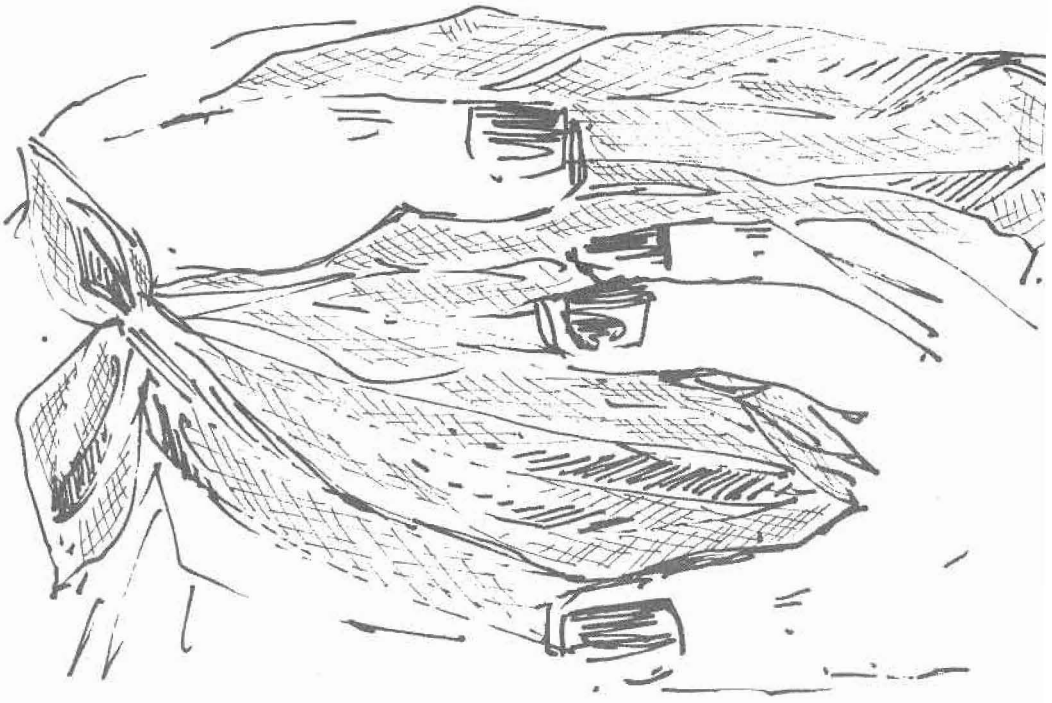
FONTE – IBGE.

mos reais) apresentaram baixa expressiva apenas em 1979 e 1980 (ver Quadro 04). A manutenção de preços nominais constantes, para todo o período de comercialização (entre setembro e dezembro), em anos em que a inflação se acelerava rapidamente, provocou queda dos valores reais recebidos pelos agricultores.

A partir de 1982, o preço pago pelo trigo brasileiro passou a ser corrigido mensalmente, pela variação cambial. A elevação dos preços reais, em 1985, se deve basicamente aos ganhos acumulados na taxa cambial em relação à inflação, em conseqüência do novo método de cálculo da correção monetária e cambial (média geométrica trimestral), instituído em abril e abandonado em setembro deste ano. Entre março e outubro, o IGP variou 84% e o valor do dólar frente ao cruzeiro aumentou 97%.

Em função disso, o crescimento de 112% na produção, em relação a 1984, adquire maior importância, por ter proporcionado razoáveis ganhos aos agricultores. O preço de aquisição fixado pelo governo federal é compatível, em termos gerais, com um rendimento físico próximo de 1.000 kg/ha e a média do país foi de 1.570 kg/ha, segundo dados do IBGE, de dezembro último.

Há que considerar, entretanto, que este resultado é apenas eventual.



Com a mesma tecnologia e recursos (sementes, fertilizantes) disponíveis em anos anteriores, os produtores conseguiram agora colher mais trigo meramente em razão de um excelente desenvolvimento das lavouras, que dificilmente se repetirá nos próximos anos. É evidente que as autoridades governamentais deverão atentar para este fato quando tiverem que fixar os **Valores Básicos de Custeio** e o preço de garantia para a safra de 1986.

Do ponto de vista do governo federal, o sucesso da safra acarretou, indubitavelmente, maiores dispêndios, em cruzeiros, do que se previa, com as aquisições de trigo, em 1985. Em contrapartida, representará uma economia substancial nos gastos com a importação, este ano (algo em torno de US$ 300 milhões).

A política oficial para o trigo voltará a enfrentar, em 1986, os dilemas tradicionais. O aumento da safra brasileira gera polêmica quanto à viabilidade de o governo federal continuar estimulando a produção de um alimento cujo custo de produção, no Brasil, é quase o dobro do registrado no exterior. Por outro lado, será possivelmente em 1986 que se terão definições quanto às alterações na política de comercialização, com a permanência ou a extinção do subsídio e da comercialização estatal.

Esta questão, já muito delicada, tornar-se-á ainda mais complexa, se se confirmarem os danos hoje estimados como muito grandes nas principais lavouras de verão da região Centro-Sul. Mesmo ocorrendo importações, os produtos de origem agrícola poderão pressionar os índices inflacionários e os orçamentos familiares. Em um contexto de dificuldades no abastecimento, promover um encarecimento significativo do trigo e seus derivados continuará sendo uma decisão difícil para os formuladores da política econômica.

QUADRO 04 – TRIGO – PREÇOS DE GARANTIA FIXADOS PELO GOVERNO FEDERAL – 1976-85
(Cr$/t)

ANO	VALOR NOMINAL	VALOR REAL[1]
1976	2.130	2.127.141
1977	3.170	2.293.158
1978	4.150	2.121.656
1979	5.400	1.692.012
1980	11.840	1.773.987
1981	28.500	2.099.707
1982	56.705	2.132.703
1983	149.980	1.898.243
1984	523.409	2.130.170
1985	1.932.965	2.310.355

FONTE – Banco do Brasil S. A.
[1] Corrigido de outubro de cada ano para dezembro de 1985.